



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



EM BUSCA DE IDENTIDADES: CRIANÇAS BRASILEIRAS NO JAPÃO

Gisele Silva Prado¹

Resumo: O presente trabalho investigou como se desenvolvem, em contexto escolar, a socialização e a formação da identidade em crianças brasileiras residentes no Japão, estudantes do Ensino Fundamental I, bem como sua inserção na sociedade em que vivem. O interesse por este tema deu-se em razão do confronto com a realidade desse público durante 14 anos de residência naquele país. Segundo o Ministério das Relações Exteriores no Brasil, a segunda maior comunidade brasileira no exterior, com o número de mais de 175 mil residentes (2015), encontra-se no Japão. Diante de uma comunidade tão expressiva e recorrentes dificuldades de socialização, é necessário observar como se desenvolvem as relações entre as crianças brasileiras imigrantes, filhas de imigrantes nascidas e residentes no Japão e a sociedade em que vivem, as barreiras que dificultam o processo de socialização e a inserção nesta comunidade.

Palavras-chave: imigração, educação, identidade

Abstract: The following study traces an investigation of how the socialization and identity formation are developed in Brazilian kids attending Elementary School in Japan, from the school context, as well as their insertion in the society. The interest

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

for this theme came after confronting this reality for 14 years living at the referred country. According to the Ministry of Foreign Affairs in Brazil, the second biggest Brazilian community abroad, with more than 175 thousands of residents (2015), is located in Japan. In face of such expressive community, and recurrent difficulty of socialization, it is necessary to observe how are developed the relationships between the alien Brazilian kids living in Japan and the society in which they are living, and which are the barriers that hinder the process of socialization and insertion in the community.

Keywords: immigration, education, identity

Introdução

O presente trabalho tem como tema o estudo sobre os processos de socialização e construção das identidades de crianças brasileiras residentes no Japão, estudantes do ensino fundamental, em escolas japonesas. Para as crianças brasileiras migrantes e também as nascidas no Japão, existe a possibilidade de frequentar escolas brasileiras, reconhecidas pelo Ministério da Educação Brasileiro, o que possibilita a continuidade nos estudos caso decidam retornar ao Brasil. No que diz respeito ao governo japonês, são consideradas escolas especiais.

Durante os 14 anos de residência como imigrante no Japão, operária, mãe e educadora, tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos acerca da realidade que cerca o universo infantil e educacional na comunidade brasileira. Através de práticas diárias e do convívio com os sujeitos da pesquisa, em sociedade e no âmbito escolar, observei que por vezes a socialização das crianças não ocorre em um primeiro momento, seja pelas diferenças culturais, pelas dificuldades de comunicação ou pelo comportamento.

Como ocorre a socialização das crianças brasileiras no contexto da educação japonesa, quais as dificuldades que as crianças apresentam nesse processo e quais as

consequências na construção de suas identidades? Essas são as questões norteadoras do presente trabalho, cujo objetivo é investigar as marcas do processo migratório na construção da identidade e como se desenvolve a socialização em crianças brasileiras residentes no Japão, bem como sua inserção na sociedade em que vivem. Busca-se entender se há dificuldades de interação, identificando possíveis problemas ou barreiras que possam dificultar sua participação em sociedade, visando a problematizações e à proposição de reflexões que auxiliem na relação social, no convívio e no sucesso escolar.

1. Fluxos migratórios

Em um contexto globalizado, muitos são os motivos que levam à decisão de migrar, segundo Durand (2015), as abordagens econômicas são as mais utilizadas para explicar as migrações e envolvem os fluxos migratórios que não são motivados por desastres naturais ou guerras. Nesse caso, são pessoas que partem em busca de melhores condições de trabalho e renda. Sobre a composição desse grupo de indivíduos, o autor nos diz que:

Em senso estrito, tais migrações seriam aquelas compostas de sujeitos economicamente ativos, daí a conjugação automática que por décadas levou o imaginário coletivo a considerar o perfil de migrante como homem, jovem e só. Com o tempo, ficou evidente que mesmo o fluxo de pessoas em deslocamentos internacionais motivados por razões de trabalho e de renda, além de homens, nem todos tão jovens, contavam com mulheres e com inteiras famílias. (DURAND, 2015, p.77)

Existem fatores que podem influenciar os fluxos migratórios. Os fatores de expulsão, geralmente ligados a condições econômicas, constituem-se, segundo Klein (1999), em três eixos principais, que impulsionaram as grandes migrações dos séculos XIX e XX à América. Esses fatores estão ligados diretamente à posse, ao uso e a

produtividade da terra, bem como ao número de familiares que dependem desta. Tais fatores podem determinar o grau de dificuldade econômica enfrentado pelos indivíduos, sendo a migração uma forma de solucionar possíveis problemas. Nesse contexto, existem ainda fatores de atração como a disponibilidade de terras e necessidade de mão de obra nos países receptores de migrantes, como ocorreu no Brasil.

Apesar de existirem outros motivos que levam pessoas à decisão de migrar, como melhor infraestrutura, mobilidade urbana, segurança, entre outros, inicialmente, o fluxo migratório entre Brasil e Japão foi influenciado, principalmente, pela abordagem econômica. As relações entre os dois países têm como ponto de partida a migração japonesa para o Brasil, no início do século XX.

1.1 Brasil X Japão

A partir da década de 80, teve início no Brasil o movimento migratório conhecido como movimento *dekasegu*². Este corresponde à migração de brasileiros rumo ao Japão, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esse processo migratório inicia-se devido a uma conjuntura econômica extremamente favorável aos países que, no período pós-guerra, receberam capital abundante dos Estados Unidos, visando assim ao financiamento e à reconstrução de seus territórios destruídos pela Segunda Guerra Mundial.

Nessa época, o Japão estava no auge econômico, em um período de prosperidade conhecido como bolha econômica, e abriu as portas para os descendentes de japoneses. Estes foram contratados como trabalhadores poucos qualificados e temporários, para realizar serviços braçais ou de construção civil, que eram então desprezados por jovens japoneses. Segundo Ueno (2008), esses trabalhos são

² Em japonês é formado por dois ideogramas (kanji), *deru* (sair) e *kasegu* (trabalhar para ganhar a vida).

conhecidos como “5 K”, ou seja, kitsui (pesado), kitanai (sujo), kiken (perigoso), kibishii (exigente) e kirai (detestável), sendo realizados nas indústrias japonesas, principalmente dos setores automobilístico, eletrônico e alimentício.

Em princípio, os imigrantes brasileiros iam com a esperança de juntar certa quantia em dinheiro, capaz de garantir a estabilidade financeira em seu país de origem, permanecendo no Japão apenas por poucos anos e, assim que o objetivo fosse alcançado, retornando ao Brasil. Porém, com o passar dos anos e as reformulações nas leis de imigração, que concediam vistos de permanência aos descendentes de japoneses e seus cônjuges, os brasileiros começaram a se estabelecer em solo japonês com seus familiares, fixando raízes, modificando as metas e reorganizando seus objetivos.

No final do ano de 2007, o número de brasileiros registrados no Japão chegou cerca 320 mil pessoas. O número de crianças também aumentou e muitas delas, inclusive, nasceram no Japão. Com a crise de 2008 e após os desastres naturais ocorridos em 2011 – terremoto seguido de tsunami - a população brasileira residente no Japão diminuiu. Em 2014, representava, segundo o Ministério das Relações Exteriores, a segunda maior comunidade brasileira no exterior, com o número de 179.649 residentes em todo território japonês, registrados nos consulados. Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2015), a migração interna para o Japão foi de 2.043.877 migrantes. Em 2015, a população imigrante do Japão foi de 1,61% da população total residente, destes, 182.227 são brasileiros.

2. A Educação no Japão

Na segunda metade do século XIX e início do século XX o Japão passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Com a transição do Japão feudal para um Estado Moderno e industrializado, o país passou a receber influências culturais da Europa e da América. O Japão buscou por intermédio da educação

consolidar as bases da nação, difundindo valores morais, éticos e nacionalistas, buscando formar uma pátria altamente capacitada para o trabalho e servil ao imperador. Os professores Okano Kaori e Tsuchiya Motonori (1999), no livro *Education in Contemporary Japan- Inequality and Diversity*, comentam que apesar do sistema de ensino do pós-guerra ter sido alimentado de ingredientes valiosos, visando ao sucesso econômico e à estabilidade social, os mesmos foram acompanhados de componentes negativos, tais como: exames de acesso aos níveis mais elevados excessivamente competitivos; uniformidade, que abafa o desenvolvimento da individualidade; perseguições (*ijime*³); e abandono escolar.

O ensino pós-guerra tem mantido as orientações monoculturais, considerando que todos os estudantes provêm de um único grupo étnico (japonês), tornando as escolas oficiais orientadas quase exclusivamente para as necessidades deles. Segundo Okano e Tsuchiya (1999), essa posição não só desvalorizou o que os outros poderiam trazer para a escola, como também corroeu sua autoestima. Isso também pode ter contribuído para que a maioria das crianças desenvolvesse um ponto de vista distorcido do mundo que as cerca.

A prática do ensino continua reproduzindo as disparidades familiares. A escola acaba por reproduzir as desigualdades e os ideais de uniformidade e massificação, como forma de manutenção da ordem social a que se refere Bourdieu (2012, p.27), em sua obra *A reprodução: Elementos para uma teoria sobre o sistema de ensino*. Segundo o autor, a escola é vista como um local de reprodução de valores que efetiva e legitima as desigualdades. Essa instituição transmite a cultura da classe dominante que, ao tratar de maneira igual, tanto em direitos quanto em deveres, aqueles que são diferentes socialmente, acaba privilegiando os que por sua herança cultural já são privilegiados. O autor também afirma, de forma crítica, que o exame como forma de avaliação é seletivo e excludente.

³ *Ijime* é o mesmo que “bullying” em inglês. (Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/bullying-em-japones/>).

Bourdieu (2012, p.27) afirma que a ação pedagógica escolar “reproduz a cultura dominante, contribuindo deste modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima”. Assim, a escola contribui para que haja uma diferenciação entre as crianças e para que esta seja mantida e reproduzida. A diferença só assume caráter distintivo e passível de diferenciação por meio da distribuição no espaço social, sendo este hierárquico, excludente e classificatório.

A violência simbólica apresenta uma redutividade destruidora, exercida sobre as crianças imigrantes pela sociedade japonesa. Na distribuição no espaço social, os japoneses encontram-se na posição dominante, exercendo seu domínio cultural sobre a classe dominada. Para as crianças brasileiras, esse aspecto se apresenta como dificuldade, uma vez que os exames são voltados para as crianças japonesas, não levando em consideração as especificidades de outras etnias, o que pode gerar, em alguns casos, desistências, evasão escolar e pouca ascensão por parte de crianças estrangeiras ao ensino superior. Essa disparidade entre as duas culturas é explicada por Barth, em seu ensaio sobre os grupos étnicos e suas fronteiras,

Mas a característica geral de todas as situações minoritárias estão na organização das atividades e da interação: no sistema social total, todos os setores de atividade estão organizados de acordo com status abertos para os membros do grupo majoritário, enquanto o sistema de status da minoria é relevante somente para as relações entre os membros da população minoritária e apenas em alguns setores de atividade, sem oferecer uma base para ação dos demais setores, também valorizados na cultura minoritária. Há, portanto, uma disparidade entre valores e facilidades organizacionais: os objetivos mais valorizados estão fora do campo organizado pela cultura e pelas categorias da minoria. (BARTH, 2000, p.58)

A partir desta reflexão de Barth, avalio que a invisibilidade da criança brasileira enquanto grupo minoritário é um obstáculo à sua expressão como indivíduo e como

cidadã. Esta deveria ser aceita e respeitada em sua diferença, o que muitas vezes não ocorre no sistema de ensino japonês. Conforme Bourdieu (2012, p.18), a violência simbólica é expressa na imposição e na legitimação da cultura dominante, sendo que sua interiorização é realizada de forma que o dominado, ou o grupo minoritário, não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima desse processo, considerando a situação como natural.

Na tentativa de combater tal violência, existem em algumas cidades, sobretudo as que apresentam elevada concentração de estrangeiros, projetos educacionais que visam a minimizar o impacto e o choque cultural sofrido pelas crianças migrantes ao chegar ao Japão. Tais projetos procuram dar o suporte necessário ao desenvolvimento infantil, porém são voltados para a preparação e a inserção da criança brasileira na comunidade escolar japonesa. No entanto, é necessário refletir sobre como essa comunidade recebe as referidas crianças. Há uma preocupação em preparar professores e alunos para aceitar e respeitar as diferenças existentes entre os indivíduos?

Busquei analisar como a criança brasileira residente no Japão, submetida ao processo migratório pela influência familiar, pode vir a ser estigmatizada socialmente por meio da violência simbólica exercida nos estabelecimentos de ensino e de que forma esses fatores interferem na construção de suas identidades.

3. Migração, educação e identidade

A permanência dos imigrantes brasileiros no Japão, aliada à constituição de inúmeras famílias e ao nascimento de diversas crianças em solo japonês, cria um sentimento de pertencimento em muitos deles. É necessário o estudo do processo de construção e expressão de identidades sociais, a partir da forma como as crianças brasileiras constroem suas relações com o mundo e a sociedade que as cerca, dentro de instituições de ensino japonesas, tendo em perspectiva o movimento populacional no

contexto migratório. A partir de então, busco investigar de que forma são construídas as identidades destas crianças, como se relacionam com a sociedade que as cerca e como esse grupo expressivo de imigrantes constitui-se enquanto grupo social.

A cultura é fonte de reconhecimento entre os indivíduos. Segundo Barth (2000, p.26) ela é tida como uma maneira de descrever o comportamento humano. Assim, a cultura permite que as pessoas se agrupem, se identifiquem e sejam identificadas, compartilhando costumes e valores em comum, formando unidades étnicas. Sobre o processo de interação entre duas culturas tão diversas, Barth afirma que:

As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p.26)

Em um contexto interétnico, o sentimento de pertencimento e a formação das identidades das crianças brasileiras residentes no Japão se constrói de modo singular, sofrendo a influência direta tanto do país de origem de seus pais, quanto do país de destino, onde residem atualmente. As identidades são construídas em torno de símbolos e significados referentes às representações que elas fazem de si mesmas e do mundo ao seu redor. Esta construção é a imagem edificada perante o outro, a forma como pretendemos ser vistos, aceitos e reconhecidos.

O Japão possui historicamente um passado nacionalista e etnocentrista que reflete um modo de ver e de se relacionar com o outro de forma fechada, não estando a sociedade japonesa, apesar de receber grande número de trabalhadores estrangeiros, aberta a novas formas de pensar, falar, vestir e se relacionar.

Muitas crianças brasileiras em idade escolar e que frequentam instituições de ensino japonesa buscam uma forma de expressar-se que transita entre duas culturas.

Definir “quem sou eu?” neste contexto não é uma decisão simples. Ao questionarem-se sobre como consideram-se ser, muitas crianças sentem-se sem saber o que responder.

Crescendo em um país distante tanto geográfica quanto culturalmente de seu país de origem, definir a identidade torna-se realmente um desafio. Estudantes frequentam as escolas japonesas, inicialmente sem o domínio do idioma, mas com o tempo e a necessidade de comunicação com a comunidade escolar, adquirem o domínio básico do idioma japonês. Por medo de serem estigmatizados enquanto imigrantes e diante de regras de conduta severas impostas pelas escolas, visando à homogeneidade entre os alunos, os estudantes acabam por aderir a costumes, valores e hábitos da cultura japonesa.

No contexto onde essas crianças estão inseridas, repleta de conflitos e desafios, definir a identidade torna-se tarefa conflituosa. O próprio conceito de identidade passa atualmente por uma reformulação. Na perspectiva de Stuart Hall, a identidade não é mais vista como algo rígido e imutável nas sociedades contemporâneas, ela é instável, múltipla e descentrada, fruto das interações sociais construídas cotidianamente. No mundo globalizado, em constante transformação, padrões de referência fornecidos aos indivíduos, como raça, nacionalidade, etnia entre outros, encontram-se fragmentados, causando, segundo Hall (2003, p. 68), uma perda do sentido de si, a que o autor chama de descentração do sujeito. Essa perda de referência tanto cultural quanto de si mesmo acarreta uma crise de identidade para o indivíduo.

A identidade, portanto, é construída continuamente, sendo influenciada pelas relações sociais, pela cultura e pelos valores assimilados ao longo da vida do indivíduo. No contexto migratório, o sujeito posto em questão neste trabalho encontra-se em estreito contato com culturas e valores distintos. Segundo Hall (2003, p. 26), a cultura em que nascemos é uma das principais fontes de identidade cultural, fonte de referência para determinarmos quem somos. Assim, não que tais valores sejam parte

de nós, mas permitem que nos identifiquemos como parte integrante de uma sociedade ou uma nação. Tal tarefa torna-se um desafio para as crianças migrantes que transitam entre as culturas brasileira e japonesa, levando a uma pluralização de culturas e identidades nacionais. Os processos migratórios rompem com as práticas estabelecidas culturalmente e, dessa forma, segundo o autor supra citado, as identidades não representam necessariamente quem nós somos e sim quem podemos nos tornar. Em busca de uma identidade para a criança brasileira residente no Japão, encontrei uma diversidade de identidades dinâmicas, ricas e em constante processo de construção.

O processo de construção identitária está em contínua transformação, não é estático e imutável. A criança migrante vivendo entre duas culturas tão diferentes como a brasileira e a japonesa, reconstrói e reconfigura a visão de si mesma constante e incessantemente. Sua identidade é uma identidade em transito, em movimento, em constante transformação. Este processo se dá em meio a representações que a criança faz de sua própria realidade. Os elementos compartilhados socialmente são resignificados pelo indivíduo que constrói a sua interpretação do real, do vivido e de si mesmo.

Compreender o processo de construção destas identidades, permitiu-me ampliar o entendimento sobre como os fluxos migratórios atuam nas relações sociais estabelecidas pelos indivíduos e na construção de si mesmos. Tais relações estão em constante conflito e negociação e que por vezes acaba por segregar crianças que de maneira semelhante, encontram na identidade brasileira um signo e exclusão e preconceito.

Essas crianças, crescendo em território japonês, contribuindo para o seu crescimento econômico, populacional e cultural necessitam ter seus direitos básicos assegurados. Percebo que o caminho a ser percorrido está apenas no início. O olhar dos japoneses começa a se voltar para a realidade das crianças brasileiras residentes no Japão e a importância de garantir o acesso à educação como forma de integração e não

de segregação. Para tanto, uma mudança de postura deve ser construída, tendo na escola a ponte entre o indivíduo e a sociedade, permitindo a expressão de uma diversidade cultural existente mas que muitas vezes é negada.

Importante passo foi dado com a promulgação da Lei que trata da promoção da oportunidade de educação. Segundo Fujiwara (2016), em 14 de dezembro de 2016, a Lei nº 105 determinou que pretende garantir oportunidades educacionais para os estudantes que ainda não as possuem, incluindo as estrangeiras. Para Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Ministério, no futuro, com base na lei, será possível traçar diretrizes básicas no intuito de promover a oportunidade de educação para todos.

No processo de amadurecimento acadêmico e profissional, não considero como real uma integração total entre duas culturas, quando uma se anula em detrimento de outra. Atualmente, percebo que a integração pode ocorrer através das múltiplas representações que fazemos da realidade que nos cerca e com uma pluralidade de identidades que vai muito além de ser japonês ou ser brasileiro. Permitir à criança imigrante a construção de suas identidades, respeitando sua individualidade e reconhecendo sua expressão cultural como legítima, é fundamental para que esta se desenvolva, integre-se à sociedade e seja capaz de exercer sua cidadania independente do país em que resida.

Bibliografia

- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas; Ed. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. PASSEROM, Jean-Claude; A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- DURAND, Jorge; Lussi, Carmem: Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações; Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

- FERREIRA, Ricardo Hirata; O papel do Estado na migração internacional: o exemplo dos decasséguis; Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona; disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-57.htm>, 2001.
- FUJIWARA, Makoto; A promulgação da Lei sobre a Promoção da oportunidade de educação que corresponde à formação geral na fase do ensino obrigatório (notificação). Disponível em: http://www.mext.go.jp/a_menu/shotou/seitoshidou/1380952.htm. Acessado em: 25 de abril de 2017.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais; Belo Horizonte; Editora UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- INSTITUTO Ishindo: Cultura e pesquisa do Budô; Eras do Japão, 2014. Disponível em: <http://www.ishindo.org.br/guia-do-japao/historia-do-japao/linha-tempo/>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas; In: FAUSTO, Boris; Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- OKANO, Kaori; TSUCHIYA, Motonori: Education in Contemporary Japan- Inequality and Diversity; Cambridge University Press; 1999.
- UENO, Laura Satoe; Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno, São Paulo, 2008.